Processo n.º 809/2007

(Recurso Jurisdicional Administrativo)

Data: 19/Junho/2008

ASSUNTOS:

- Acção para reconhecimento de direito e determinação de prática de acto ou prestação devida e ainda para efectivação de responsabilidade civil no âmbito do CPAC

SUMÁRIO:

Se numa acção intentada no âmbito do Processo Administrativo Contencioso se formulam diferentes pedidos, a que cabem diferentes formas de processo, não compagináveis entre si, e se não identificam correctamente os órgãos detentores de legitimidade passiva, mantendo-se as incorrecções após prolação de despacho de aperfeiçoamento, é de indeferir a petição inicial.

O Relator,

João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 809/2007

(Recurso Jurisdicional Administrativo)

Date : 19 de Junho de 2008

Recorrente: Empresa do Fomento e Investimento A (Macau) Ldª.

Objecto: Despacho que indeferiu liminarmente a petição inicial

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I - RELATÓRIO

**EMPRESA DE FOMENTO E INVESTIMENTO A
(MACAU) LIMITADA**, e, em romanização, **A (OU MUN) SAT IP FAT
CHIN IAU HAN CONG SI**, e, em inglês "**A (MACAO) INDUSTRIAL
COMPANY LIMITED**", A. nos autos à margem cotados e neles melhor
identificada, inconformada com o despacho proferido pelo Mmo Juiz do
Tribunal Administrativo que lhe indeferiu a petição inicial, dela vem
interpor recurso, alegando, em síntese:

*O Tribunal Administrativo é competente para dirimir o litígio emergentes da
relação jurídica sub judicis;*

O Decreto-Lei n.º 28/91/M, de 22 de Abril, estabelece o regime de responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas, seus titulares e agentes, no domínio dos actos de gestão pública e aplica-se ao caso em apreço;

São actos de gestão pública os praticados pelos órgãos ou agentes da Administração no exercício de um poder público, ou seja, no exercício de uma função pública, sob o domínio de normas de direito público, ainda que não envolvam ou representem o exercício de meios de coerção e independentemente das regras técnicas ou de outra natureza que na prática dos actos deva ser observada, pelo que a acção está correctamente interposta;

Não se verificam nenhum dos pressupostos previstos no artigo 139º do CPC para considerar a petição inepta;

A acção interposta não foi correctamente interpretada pelo MMº Juiz ad quo, pelo que a mesma sempre terá que ser recebida e prosseguir os seus normais termos.

Nestes termos, pede que o recurso seja julgado procedente por provado, devendo ser recebida a acção, seguindo-se os ulteriores termos legais.

O Digno Magistrado do MP emite o seguinte douto parecer:

Tem razão a recorrente quando sustenta que no âmbito do contencioso administrativo compete ao Tribunal Administrativo conhecer da responsabilidade civil extracontratual da RAEM, dos demais entes públicos e dos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, pelos prejuízos decorrentes dos actos de gestão pública, de acordo,

aliás, com o previsto na al. IV) da al. I) do n.º 2 do art. 30º da Lei de Bases da Organização Judiciária.

Só que, para efectivação de tal tipo de responsabilidade, convirá accionar o meio adequado, intentando a acção competente para o efeito (al. e) do art. 97º, CPAC), "munida" com os pressupostos e requisitos respectivos, e onde, além do mais, se formule o pedido compaginável, que deverá, desde logo, revestir a natureza de exigência de específico montante indemnizatório decorrente de prejuízos eventualmente sofridos como consequência directa e necessária de facto ou factos ilícitos e culposos praticados no âmbito da referida gestão pública.

Ora, no caso, não se questionando, à partida, o cariz público dos actos que, no domínio do procedimento, terão conduzido a Administração a incluir na cartografia da "Planta de Alinhamento" a que se faz menção o terreno com a área global de 56.116 m2, classificado como sendo do domínio privado da RAEM, mas que a recorrente, sustenta ser sua propriedade, o certo é que a mesma acaba por formular as suas pretensões no sentido de

- reconhecimento, por parte da Administração, do seu direito de propriedade sobre o terreno e prédio ali inserido;

- anulação de quaisquer projectos que a mesma Administração tenha aprovado à sua revelia e sem o seu consentimento e

- obrigação da troca do "terreno qualificado por outro que o não esteja, com idêntica área e valor comercial devido",

não se divisando, pois, sequer, qualquer pedido atinente à fixação de qualquer montante indemnizatório eventualmente resultante da prática de qualquer acto ilícito por

parte de entidade administrativa.

Como é bom de ver, não se enquadra, manifestamente, qualquer dos aludidos pedidos na "finalidade de acção de indemnização por responsabilidade civil extracontratual", tal como bem acentua o Mmo Juíz "a quo", querendo-nos parecer que bem andaria a recorrente se tentasse acautelar os seus interesses através do escrutínio (designadamente pela impugnação contenciosa) do acto ou actos que determinaram a alegada qualificação do terreno e prédio a cuja propriedade aquela se arroga, ou, eventualmente (quanto ao 1º segmento do pedido) de acção de reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos (al. a) do art. 97º, CPAC).

Seja como for, inquestionavelmente (o que facilmente se constata até através dos elementos argumentativos utilizados nas suas alegações para este Tribunal, bem como da explícita referência, no início do seu petítório inicial à disciplina dos artigos 116º e 117º) a recorrente pretendeu intentar acção nos termos da al. e) do art. 97º do CPAC.

Partindo de tal pressuposto, não merece censura o despacho ora em crise que, como tal, haverá que manter.

Este, o nosso entendimento.

Foram colhidos os vistos legais.

III - Com pertinência, resulta dos autos:

Em 12 de Set./2007 foi proferido o seguinte despacho:

“A companhia **Empreendimento Fmtº. Investmtº. A (Macau) Lda.**, melhor identificada nos autos, veio intentar neste Tribunal uma acção de indemnização por responsabilidade extracontractual contra a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) de Macau, pedindo:

1. a condenação da ré a reconhecer que ela é a proprietária do terreno situado na Estrada Marginal da Ilha Verde, nos 14 a 17;
2. a condenação da ré a anular todas as plantas de arquitectura aprovadas para o terreno referido que foram feitas sem autorização dela;
3. a condenação da ré a cumprir o estipulado no artigo 38º do Decreto Lei nº 56/84/M, trocando com ela o terreno por outro da mesma área e valor.

Em primeiro lugar, deve-se apontar que a DSSOPT de Macau é somente um serviço administrativo geral, não tendo a personalidade jurídica independente, portanto, não é susceptível de ser parte (vide o artigo 39º do Código de Processo Civil).

Ademais, conforme o artigo 139º do Código de Processo Civil, a petição inicial é inepta, porquanto o pedido não se enquadra na finalidade da acção de indemnização por responsabilidade civil extracontractual.

Por todo o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial nos termos do nº 1 do artigo 99º do Código de Processo Administrativo e das alíneas a) e c) do nº 1 do artigo 394º do Código de Processo Civil, indefiro liminarmente a petição inicial.

*

As custas processuais são encarregadas pela autora.

Notifique adequadamente.”

Convidada a aperfeiçoar a petição, veio a ser proferido o despacho seguinte:

“Apresentou a autora uma nova petição inicial a este Tribunal, alterando a ré para o Secretário para os Transportes e Obras Públicas de Macau, mas mantendo iguais o pedido, a causa de pedir e a forma processual.

Embora seja o titular de um principal cargo da Região Administrativa Especial de Macau, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas de Macau também não dispõe de personalidade jurídica independente, por isso, não é susceptível de ser parte (vide o artigo 39º do Código de Processo Civil).

Ademais, conforme o artigo 139º do Código de Processo Civil, a petição inicial nova ainda é inepta, porquanto o pedido não se enquadra na finalidade da acção de indemnização por responsabilidade civil extracontractual.

Nestes termos, indefiro mais uma vez a petição inicial.

*

Custas a cargo da autora.

Notifique adequadamente.”

IV – FUNDAMENTOS

1. O que importa no presente recurso é saber se há fundamento para indeferir liminarmente a petição inicial.

2. O fundamento em que se louvou o Mmo Juiz está expresso no seguinte despacho:

Apresentou a autora uma nova petição inicial a este Tribunal, alterando a ré para o Secretário para os Transportes e Obras Públicas de Macau, mas mantendo iguais o pedido, a causa de pedir e a forma processual.

Embora seja o titular de um principal cargo da Região Administrativa Especial de Macau, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas de Macau também não dispõe de personalidade jurídica independente, por isso, não é susceptível de ser parte (vide o artigo 39º do Código de Processo Civil).

Ademais, conforme o artigo 139º do Código de Processo Civil, a petição inicial nova ainda é inepta, porquanto o pedido não se enquadra na finalidade da acção de indemnização por responsabilidade civil extracontratual.

3. A recorrente não tem razão na sua alegação.

Depois de convidada a corrigir a petição inicial continua a pedir que seja a Ré - que identifica como *Secretaria para os Transportes e Obras públicas da RAEM* - condenada a reconhecer o direito de propriedade da A. em relação ao prédio urbano e terreno sitos no n.ºs 14 a 17, da Estrada marginal da Ilha verde, Macau, de propriedade privada, seja a ré condenada a anular quaisquer projectos que tenha aprovado à revelia e sem o consentimento da Autora e se ordene, por sentença, que a Ré cumpra o estipulado no art. 38º do Dec.-Lei n.º 56/84/M, de 30 de Junho, devendo trocar o terreno qualificado por outro que o não esteja, com idêntica área e valor comercial devido.

E a razão de ser daquela proposição explica-se de uma forma simples.

A Ré não tem personalidade jurídica nem capacidade judiciária, pela razão simples de que aquela pretensa entidade não tem qualquer existência jurídica, sequer como qualquer órgão ou Serviço da Administração. A recorrente fala em *secretaria*, não em *secretário*.

4. É verdade que a recorrente veio emendar a mão e dizer que ocorrera um lapso manifesto na indicação da recorrida, pretendendo emendar para Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes.

Tarde de mais, pois que o Mmo Juiz lavrara já o seu despacho

de indeferimento. E perante isso, esgotou-se o poder jurisdicional do Juiz, não podendo ele relevar aquela pretensa rectificação.

5. É verdade que todas as matérias tratadas e os pedidos formulados serão da competência de apreciação do Tribunal Administrativo.

Mas a recorrente confunde o recurso contencioso de anulação de um acto administrativo de uma entidade que tutela ou encabeça um órgão administrativo e que por si só tem a virtualidade de produção de eficácia jurídico-administrativa e, portanto, passível de neutralização quanto à produção de eficácia, com a entidade jurídica, diferente dos seus órgãos, e, como, tal capaz de se poder responsabilizar e comprometer.

É que a presente acção não se reconduz a um mero recurso contencioso de anulação de acto administrativo.

A personalidade judiciária é definida como a susceptibilidade de ser parte no processo e a capacidade judiciária é a susceptibilidade de uma pessoa estar por si em juízo.

No Direito administrativo alarga-se essa qualidade aos órgãos administrativos, alargamento que chega até às acções de reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos, mas que não atinge as

acções de responsabilidade.¹

Ora, no caso em apreço, para além da cumulação de diversos pedidos que não se compaginam com uma mesma forma de processo unitário, não obstante o disposto no artigo 102º do CPC que permite a cumulação de pedidos, - não exactamente como os que vêm formulados -, não se vê como pode um órgão da Administração assumir as obrigações decorrentes da responsabilidade civil imputável à pessoa jurídica que integra. A não ser que a responsabilidade seja cometida aos órgãos ou agentes, individualmente, por actos de gestão pública.²

6. Por fim, mas não menos importante, acontece que alguns dos pedidos formulados - reconhecimento do direito e determinação de prática de acto ou prestação devida -, correspondentes a tantas outras acções -, na esteira do regime anterior, à luz do CPAC, só podem ser formulados quando oportunamente do acto indevido se não tenha interposto oportunamente recurso contencioso (art.ºs 100º, n.º 2 e 103º, n.º2 do CPAC), por aqui fazendo nosso o argumento vertido no douto parecer, enquanto se diz que

“Como é bom de ver, não se enquadra, manifestamente, qualquer dos aludidos pedidos na “finalidade de acção de indemnização por responsabilidade civil extracontratual”,

¹ - Vieira de Andrade, A Justiça administrativa, 3ª ed., 2002, 218 e 219

² - Freitas do Amaral, Dto Administrativo, IV, 1988, 286

tal como bem acentua o Mmo Juíz "a quo", querendo-nos parecer que bem andaria a recorrente se tentasse acautelar os seus interesses através do escrutínio (designadamente pela impugnação contenciosa) do acto ou actos que determinaram a alegada qualificação do terreno e prédio a cuja propriedade aquela se arroga, ou, eventualmente (quanto ao 1º segmento do pedido) de acção de reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos (al. a) do art. 97º, CPAC).”

De qualquer modo, resulta dos termos da petição que a A. intentou uma acção de responsabilidade civil extra- contratual – art. 97º, al. e) e 116º do CPAC e os pedidos que cumula não preenchem os requisitos previstos nos artigos 102º e 107º do CPAC, não se vendo forma de harmonização dos pedidos formulados com as diferentes acções previstas naquele diploma.

Nesta conformidade, somos a manter a decisão proferida.

V - DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em **negar provimento ao presente recurso contencioso.**

Custas pela recorrente, com 6 UC de taxa de justiça

Macau, 19 de Junho de 2008,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong